



**RIO GRANDE DO NORTE**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO  
DA SAÚDE PÚBLICA – SESAP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730, - Bairro Centro, Natal/RN, CEP 59012-240  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - http://www.saude.gov.br

## EDITAL Nº 90031NC/2026

Processo nº 00610033.003554/2025-79

**OBJETO:** Aquisição, por meio de **Registro de Preços**, de equipamentos médico-hospitalares destinados à renovação e ampliação da frota e das bases operacionais do **Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 do Rio Grande do Norte**, no contexto do **Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC)**. **NOVA CHAMADA**

**TIPO DE DISPUTA:** **MENOR PREÇO POR ITEM.**

### **IMPORTANTE:**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 14/05/2026.**

**HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): às 10:00horas.**

**LOCAL:** [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**CÓDIGO UASG: 925550**

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de **Brasília /DF**.

**PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO: ATÉ DIA-11/MAIO/2026.**

**Pregoeiro(a): MAYRA DOS SANTOS PEREIRA DA CÂMARA**

Endereço: *Secretaria de Estado da Saúde Pública*

*Comissão Permanente de Licitação*

Email: [sesap.cpl@gmail.com](mailto:sesap.cpl@gmail.com)

Telefone: 84 3232-2671

CNPJ: 08.241.754/0001-45

ComprasGov: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e [www.compras.rn.gov.br](http://www.compras.rn.gov.br)

A Secretaria de Estado da Saúde Pública - SESAP, torna público, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na sua forma **ELETRÔNICA** - tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para **Registro de Preços**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, do Decreto Estadual 32.449, de 07 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição, por meio de **Registro de Preços**, de equipamentos médico-hospitalares destinados à renovação e ampliação da frota e das bases operacionais do **Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 do Rio Grande do Norte**, no contexto do **Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC)**. **NOVA CHAMADA**

1.2. O registro de preços será do tipo menor **preço por item.**

1.3. As propostas deverão estar sujeitas à legislação vigente da Agência Nacional da Vigilância Sanitária (ANVISA).

1.4. Havendo qualquer discordância na especificação entre o Edital e do Termo de Referência, prevalecerá a do Termo de Referência.

1.5. O orçamento estimado para a contratação terá caráter sigiloso, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

## **2. DA COTA RESERVADA**

2.1. Não haverá a a reserva de cotas, de acordo com a Justificativa da ausência de cotas reservadas juntada aos autos do processo.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

b) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.6. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.7. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

### **3.10. Não poderão participar deste Pregão:**

- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a

condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

- Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, conforme justificativa acostada aos autos do processo administrativo;

#### 4. DA IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

4.3.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, salvo quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, o licitante que o tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura das propostas de preços, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.5. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

4.6. **O(s) pedido(s) de esclarecimento(s) ou impugnação(ões)** deverão ser encaminhados pelo **e-mail: sesap.cpl@gmail.com**.

4.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnação serão divulgadas pelo sistema em campo próprio e vincularão os participantes e a administração.

#### 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Não haverá ordem de classificação na etapa de cadastro da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.3. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.4. De acordo com o art. 63, II, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), será exigida a apresentação dos documentos para habilitação apenas pelo licitante vencedor, tendo em vista que a fase de habilitação não antecede a de julgamento na presente licitação.

5.5. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

5.6. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, *o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso*;
- Fabricante;
- Marca (Exceto quando se tratar de marca própria e exclusiva, situação em que a licitante deve expressar que se trata de “marca própria e exclusiva”, evitando uma identificação antecipada);
- *Valor unitário e valor total do item, conforme solicitação do sistema.*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

- 6.3. A inconformidade das informações cadastradas com as das propostas poderá acarretar na desclassificação da empresa.
- 6.4. O preço deverá ser cotado em moeda corrente nacional com no máximo **quatro casas decimais** após a vírgula e estarem incluídas todas e quaisquer despesas, tais como: frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto.
- 6.5. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta dias), a contar da data de sua apresentação.
- 6.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 6.9. Os preços ofertados deverão obedecer o teto máximo nas aquisições de medicamentos destinados ao Sistema Único de Saúde – SUS, ou seja, o Preço de Fábrica (PF) ou quando necessário o Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG).

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que sejam inexequíveis.
- 7.3. Também será desclassificada a licitante que se identificar durante o cadastro de proposta no sistema, conforme previsto no item do Preenchimento da Proposta.
- 7.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.7. Durante a sessão de disputa, poderá ocorrer abertura de vários itens simultaneamente cabendo ao Licitante acompanhar atentamente as convocações do pregoeiro quanto as chamadas para os Itens.
- 7.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do **item**.
- 7.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.12. *O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**.*
- 7.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:
- a) A disputa terá duração inicial de 15 (quinze) minutos e, após tal prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira parte dos lances; após o que transcorrerá um segundo período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
  - b) Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;
  - c) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;
  - d) Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;
  - e) Não havendo **lance final e fechado** classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;
  - f) Poderá o Pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante

classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.14. Durante a fase aberta de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível ou que entenda ter sido lançado erroneamente. Nesta hipótese, o sistema encaminhará mensagem à licitante na qual faculte o direito de repetir tal lance.

7.14.1. Os licitantes não devem manter contato, seja por e-mail ou por telefone, durante a fase de lances com o pregoeiro ou equipe de apoio para evitar identificação. Qualquer problemática deverá ser analisada em momento posterior à fase de lances.

7.14.2. Por impossibilidades do sistema, não é possível realizar a exclusão de lances durante as fases aleatória e fechada .

7.15. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços simbólicos ou irrisórios.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública de lances, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015. Também devem ser considerados os dispositivos previstos na LC nº 675/2020.

7.19. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro negociará condições mais vantajosas.

7.25. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada da documentação exigida em Edital.

7.28. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DO JULGAMENTO E HABILITAÇÃO



8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para, em prazo definido pelo mesmo, enviar documento digital complementar por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, através de comunicação via sistema, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.7. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8. O documento de proposta deverá:

- ser em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.
- conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.9. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.10. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, II, da Lei nº 14.133/2021).

8.11. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.12. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.13. A proposta deverá obedecer aos termos do Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.14. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a verificação do eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, tanto em relação à empresa como também em relação ao sócio majoritário, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

8.15. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

8.16. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.17. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.18. O (a) Pregoeiro (a) poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e/ou da documentação, podendo solicitar amostras dos materiais aos arrematantes, para realização de testes complementares necessários a verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, através do sistema, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo estipulado, contado da

convocação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

8.19. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do SESAP/RN ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para verificar a aceitabilidade das propostas caso tenha alguma dúvida. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o pregoeiro **poderá**:

- solicitar complementação de informações, documentos e **ajustes na proposta escrita** para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;
- solicitar **ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços** para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração dos valores proposto;
- **sanar erros ou falhas** que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos anexos, mediante **despacho fundamentado**, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;
- **realizar diligências** em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

8.20. **Na hipótese de serem solicitados**, documentos originais ou cópias autenticadas, a entrega deverá ser agendada, via chat, com o pregoeiro, respeitando o prazo máximo de 03 dias úteis para cumprimento da solicitação. Endereço para entrega: Secretaria de Estado da Saúde Pública - Unidade Integrada de Licitação - Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 730 - 9º andar, CEP: 59025-600 - Natal - RN.

8.21. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova, caso não seja possível a verificação, o licitante será desclassificado.

## 8.22. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

8.22.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou.

8.22.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)

8.22.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores

8.22.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores

8.22.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI

8.22.6. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou

8.22.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização; e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.22.8. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971.

## 8.23. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

8.23.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.23.2. Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social e Certidão Conjunta expedida pela Receita Federal (de débitos relativos e à Dívida Ativa da União);

8.23.3. Certificado de Regularidade de Situação - CRS, relativo ao FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

8.23.4. Certidão Negativa de Débito do Estado do domicílio ou sede do licitante e/ou Certidão Negativa de Tributos do Município, do domicílio ou sede do licitante;

8.23.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal (CIM), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.23.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº12. 440 de 07 de julho de 2011.

8.23.7. As microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas deverão apresentar toda a documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista, para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.23.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista **de microempresas ou empresas de pequeno porte**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

## 8.23.9. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.23.10. Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante. Este Item se aplica às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Dec. Estadual 19.938/2007;

8.23.11. Apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.23.12. De acordo com a Súmula 289 do TCU, a exigência de índices contábeis de liquidez deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender à complexidade da obra ou serviço, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. Logo, no presente certame, a comprovação da boa situação econômico-financeira da empresa será apurada pelo Índice de Liquidez Corrente – calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada à empresa que obtiver a pontuação final maior ou igual a 1,0 (hum). (Fórmula de natureza técnica-contábil).

8.23.13. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$
$\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$
$\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$

8.23.14. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.23.15. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.23.16. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

8.23.17. Com intuito de justificar a qualificação financeira exigida, destaca-se que a exigência de índices contábeis de liquidez deve conter parâmetros atualizados de mercado e atender à complexidade da obra ou serviço, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade, conforme Súmula 289 do TCU. Assim, a exigência dos índices contábeis, assim como dos demais documentos de qualificação financeira, foi incluída para garantir a participação de empresas que tenham capacidade de suportar os ônus inerentes à contratação e não fere o limite delineado pelo TCU, são índices padronizados e usuais nas análise contábeis, não restringindo a ampla concorrência.

## 9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Conforme termo de referência.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.
- c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.5.1. A falta de manifestação imediata do licitante, durante o prazo estabelecido, quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.5.2. O acolhimento do recurso implica tão-somente invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. Na fase recursal, é assegurada aos interessados vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, por meio da Consulta Pública do SEI RN ou através de solicitação formal via e-mail da Unidade Integrada de Licitação.

10.7. É dever do licitante observar as formalidades relativas aos atos praticados no sistema eletrônico, conforme normas e orientações fornecidas pelo provedor do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação.



## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E RETORNO DA NEGOCIAÇÃO**

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

11.1.2. Para continuidade de negociações pendentes;

11.1.3. Para realização de diligências.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Ordenador de Despesas, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **13. DO CADASTRO DE RESERVAS**

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; ou

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

13.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. A Ata de Registro de Preços constitui o instrumento de acordo, de natureza obrigacional, pelo qual a Administração registra os preços dos proponentes vencedores do certame licitatório e respectivos produtos, prazos e demais condições de fornecimento, observando o previamente estabelecido no edital e nos anexos.

14.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

14.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que o valor seja compatível com os preços praticados no mercado, devidamente comprovado mediante pesquisa mercadológica atualizada.

## **15. DA CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DA ATA**

15.1. Após Homologação, o pregoeiro convocará através sistema processual SEI - Sistema Eletrônico de Informações, o adjudicatário para assinar a ata de registro de preços;

15.2. A assinatura da **Ata de Registro de Preços, do termo ou instrumento contratual**, ocorrerá por **via eletrônica** no sistema processual SEI. O representante da empresa vencedora (ou aceita no cadastro de reserva) deverá realizar cadastro para acesso ao sistema processual SEI para fins de assinatura digital, conforme passo a passo disponível no [site](#).

15.3. O prazo para assinatura do documento é de três dias úteis a contar do momento de disponibilização por meio do sistema SEI RN. O prazo poderá ser prorrogado de acordo com necessidade justificada.

#### **16. DA RECUSA EM ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

16.1. Realizada a convocação do adjudicatário e decorrido o prazo para assinatura da Ata definido neste edital, no caso do licitante convocado, dentro do prazo de validade da sua proposta, recusar-se a assinar a ata de registro de preços, o pregoeiro convocará, se houver, o cadastro reserva e verificará a habilitação do mesmo, formalizando nova ata.

16.2. A recusa injustificada do licitante convocado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de validade de sua proposta caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

16.3. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, ficará sujeito às sanções administrativas previstas neste edital e demais cominações legais.

#### **17. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

17.1. Após assinatura da ata, poderá ser formalizado contrato, momento no qual será exigido o mesmo cadastro no SEI RN anteriormente mencionado.

#### **18. DO REAJUSTE**

18.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

18.2. No caso de formalização de contrato:

18.2.1. os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

18.2.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se índices específicos ou setoriais em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2.3. Conforme processo 00610075.000868/2024-42, caso não seja indicado um índice no termo de referência que melhor esteja correlacionado com os custos do objeto contratual ou não haja algum índice de adoção consagrada para o objeto contratado, deve ser adotado o IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

18.2.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.2.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.2.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.2.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **19. DO PAGAMENTO**

19.1. Os pagamentos serão efetuados pela FES (Fundo Estadual de Saúde), ou pela unidade orçamentária do requisitante conforme o caso, através do domicílio bancário (banco, agência e conta bancária) vinculado ao CNPJ da empresa no ato da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega total dos produtos contratados / empenhados.

19.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou documento congênere, todas as certidões relacionadas nos incisos II a V do artigo 29 da Lei de Licitações, que consistirá em:

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

19.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

19.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

19.5. O pagamento não será realizado por meio de cobrança bancária.

19.6. O encaminhamento da Nota de Empenho será feito por meio do e-mail informado na proposta da empresa.

## 20. DA ENTREGA, DO RECEBIMENTO, DO PRAZO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Conforme termo de referência.

## 21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato;	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

21.2.1. advertência;

21.2.2. multa;

21.2.3. impedimento de licitar e contratar;

21.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.5. A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

21.6. A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.7. A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.8. A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

21.9. As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

21.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.12. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.13. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

21.15. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

21.16. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

21.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

21.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.19. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

21.20. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

21.21. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

21.22. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

21.22.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

21.22.2. pagamento da multa;

21.22.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

21.22.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

21.22.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

21.23. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## 22. DAS OBRIGAÇÕES

22.1. As obrigações da contratada e contratante encontram-se previstas no termo de referência.

## 23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. A SESAP, na defesa do interesse do serviço Público e de acordo com a legislação vigente, reserva-se ao direito de prorrogar, anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação.

23.2. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela Comissão, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e nos Princípios Gerais do Direito.

23.3. Na **contagem dos prazos** deste edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento.

23.4. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - Termo de Referência (Especificação do objeto) - 40152566;

- ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços - 38216162;
- ANEXO III - Modelo de Proposta de preços;
- ANEXO IV - Minuta de Contrato - 40887734;
- ANEXO V - Estudo Técnico Preliminar - 39200234.

ANEXOS A MINUTA DE EDITAL

MODELO DE PROPOSTA

ITEM	Nº REGISTRO M.S.	CMED	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA/FABRICANTE	DENOMIÇÃO COMERCIAL (Quando houver)	PREÇO UNIT.
	PREÇO TOTAL DO ITEM R\$ _____ VALOR DO ICMS R\$ _____ ALÍQUOTA DO ICMS _____ PREÇO LIQUIDO DO ITEM R\$ _____							

O preço total da presente proposta é de R\$: \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ). (Valor por extenso)

1. Declaramos que a validade desta proposta é de \_\_\_\_\_ dias a contar da data de sua entrega.
2. Declaramos expressamente que, no(s) preço(s) acima ofertado(s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e etc.
3. Informamos a conta bancária da empresa:
- Banco \_\_\_\_\_,
- Nº da conta: \_\_\_\_\_,
- Agência \_\_\_\_\_,
- Telefone para contato \_\_\_\_\_
- E-mail \_\_\_\_\_.
4. Estamos de acordo com todas as Cláusulas do edital.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_/RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura e carimbo  
**Diretor ou representante legal - RG/CPF**

*(Esta proposta deverá ser encaminhada em documento timbrado da empresa)*

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00610033.003554/2025-79

### 1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, por meio de **Registro de Preços**, de equipamentos médico-hospitalares destinados à renovação e ampliação da frota e das bases descentralizadas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 do Rio Grande do Norte, no contexto do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

### 2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO POR ITEM

2.1. Descrição detalhada dos itens encontra-se deescrita em nas tabelas abaixo:

#### CARDIOVERSOR

Item	CATMAT	Descrição	Quantidade	Unidade
		<p><b>CARDIOVERSOR -</b></p> <p>1. DESCRIÇÃO GERAL E APLICAÇÃO</p> <p>Equipamento multifuncional destinado à realização das seguintes funções clínicas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Monitorização multiparamétrica;</li><li>• Desfibrilação externa manual;</li><li>• Desfibrilação externa automática (DEA);</li><li>• Cardioversão sincronizada;</li><li>• Estimulação cardíaca não invasiva (marca-passo externo);</li><li>• Monitorização de ECG;</li><li>• Oximetria de pulso (SpO<sub>2</sub>);</li><li>• Pressão arterial não invasiva (PNI).</li></ul> <p>O equipamento deverá ser adequado para utilização em:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Pronto atendimento e emergência;</li><li>• Unidades de Terapia Intensiva (UTI);</li><li>• Centro cirúrgico;</li><li>• Atendimento pré-hospitalar móvel terrestre e aéreo (SAMU ou equivalente).</li></ul> <p>Deverá possuir operação simplificada em, no mínimo, três etapas: <b>seleção de energia, carregamento e aplicação do choque.</b></p> <p>2. CARACTERÍSTICAS GERAIS</p> <p>O equipamento deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Tela colorida LCD/TFT com tamanho mínimo de 7 polegadas;</li><li>• Resolução mínima de 800 × 480 pixels;</li><li>• Ajuste de brilho;</li><li>• Exibição simultânea de até 04 formas de onda;</li><li>• Exibição de parâmetros numéricos, alarmes e informações do paciente;</li><li>• Peso máximo de 5 kg;</li><li>• Grau de proteção mínimo IP65 (proteção contra poeira e jatos de água);</li><li>• Estrutura adequada ao transporte em ambiente pré-hospitalar.</li></ul> <p>Deverá acompanhar:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Jogo de pás permanentes adulto/pediátrico com comandos integrados para carga, seleção de energia e disparo;</li></ul>		



- Sistema de autoteste com, no mínimo:
  - Teste de rotina;
  - Teste de energia;
  - Teste de controle.

### 3. ALIMENTAÇÃO E BATERIA

O equipamento deverá possuir:

- Alimentação elétrica bivolt automática: 110 a 240 V / 50–60 Hz;
- Bateria interna de íons de lítio com capacidade mínima de 5000 mAh e tensão nominal de 14,4 V;
- Autonomia mínima:
  - Monitorização contínua: 6 horas;
  - Desfibrilação:
    - Mínimo de 210 descargas a 360 J;
    - Mínimo de 330 descargas a 200 J;
  - Estimulação não invasiva: mínimo de 4,5 horas;
- Possibilidade de carregamento em corrente contínua (uso em ambulâncias).

### 4. MODO DESFIBRILADOR / CARDIOVERSOR

O equipamento deverá possuir:

- Modos: desfibrilação manual, desfibrilação sincronizada e DEA;
- Tecnologia de onda bifásica (BTE ou equivalente);
- Seleção de energia até 360 J, com múltiplos níveis intermediários (mínimo de 25 passos);
- Compensação automática de impedância do paciente (faixa mínima de 20 a 250 ohms);
- Tempo de carga (com bateria plena):
  - 200 J: ≤ 3 segundos;
  - 360 J: ≤ 7 segundos.

### 5. MODO DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA)

O equipamento deverá possuir:

- Tempo de carga:
  - 200 J: ≤ 10 segundos;
  - 360 J: ≤ 12 segundos;
- Conformidade com diretrizes internacionais aplicáveis (ex.: AHA, IEC ou equivalentes tecnicamente aceitas).

### 6. MONITORIZAÇÃO MULTIPARAMÉTRICA

#### 6.1 ECG

- Compatibilidade com cabos de 3, 5, 6 e 12 derivações;
- Sensibilidade ajustável: 1,25 a 40 mm/mV;
- Velocidade de varredura: 6,25 a 50 mm/s;
- Análise de arritmias (mínimo de 27 tipos);
- Faixa de frequência cardíaca:
  - Adulto: 15 a 300 bpm;
  - Pediátrico/neonatal: 15 a 350 bpm;
- Precisão: ±1% ou ±1 bpm.

#### 6.2 Frequência Respiratória

- Faixa de medição:
  - Adulto/pediátrico: 0 a 200 rpm;
- Precisão:
  - 0 a 120 rpm: ±1 rpm;
  - 121 a 200 rpm: ±2 rpm.

#### 6.3 Pressão Não Invasiva (PNI)

- Faixas de medição:
  - Sistólica:
    - Adulto: 25 a 290 mmHg;
    - Pediátrico: 25 a 250 mmHg;
    - Neonatal: 25 a 140 mmHg;
  - Média:
    - Adulto: 15 a 290 mmHg;
    - Pediátrico: 15 a 225 mmHg;

1

5282314

10

Unidade

- Neonatal: 15 a 125 mmHg;
- Diastólica:
  - Adulto: 10 a 250 mmHg;
  - Pediátrico: 10 a 210 mmHg;
  - Neonatal: 10 a 115 mmHg;
- Precisão:  $\pm 5$  mmHg;
- Intervalo automático programável: 1 a 720 minutos.

#### 6.4 Oximetria de Pulso (SpO<sub>2</sub>)

- Faixa de medição: 0 a 100%;
- Precisão:
  - $\pm 2\%$  (adulto/pediátrico);
  - $\pm 3\%$  (neonatal);
- Frequência de pulso:
  - Faixa: 20 a 300 bpm;
  - Resolução: 1 bpm;
  - Precisão:  $\pm 2$  bpm.

#### 6.5 Capnografia (EtCO<sub>2</sub>)

- Tipo: mainstream ou sidestream;
- Faixa de medição: 0 a 150 mmHg.

#### 7. MODO MARCA-PASSO EXTERNO

O equipamento deverá possuir:

- Modos de estimulação: fixo e sob demanda;
- Frequência: 30 a 210 ppm;
- Precisão:  $\pm 1$  ppm ou  $\pm 1,5\%$ ;
- Corrente: 0 a 200 mA;
- Precisão:  $\pm 5\%$  ou  $\pm 5$  mA;
- Largura de pulso: 20 a 40 ms.

#### 8. ARMAZENAMENTO E REVISÃO DE DADOS

O equipamento deverá possuir capacidade mínima de:

- Tendência: 120 horas (resolução de 1 minuto);
- Gráficos e tabelas: 160 horas;
- Eventos de alarme: 1000 registros;
- Dados de PNI: 2000 medições;
- Gravação de DEA: mínimo de 240 minutos (até 60 minutos por paciente);
- Armazenamento de formas de onda: mínimo de 120 horas.

#### 9. SISTEMA DE REGISTRO

O equipamento deverá possuir:

- Impressora térmica integrada;
- Impressão de até 03 formas de onda simultâneas;
- Largura do papel: 50 mm;
- Velocidade: 6,5 / 12,5 / 25 / 50 mm/s;
- Tempo de gravação: 3 a 32 segundos.

#### 10. CONECTIVIDADE

O equipamento deverá possuir:

- Porta USB para exportação de dados e atualização de sistema;
- Conectividade com rede;
- Integração com central de monitoramento.

#### 11. CONFORMIDADE NORMATIVA

O equipamento deverá estar em conformidade com normas técnicas internacionais aplicáveis à segurança elétrica, compatibilidade eletromagnética e desempenho de equipamentos eletromédicos, incluindo, mas não se limitando a:

- Série IEC/EN 60601;
- Série ISO/IEC aplicáveis a monitorização e suporte à vida;
- Requisitos de transporte e uso em ambulâncias (ex.: EN 1789 ou equivalente).

#### 12. TREINAMENTO

A contratada deverá fornecer treinamento operacional completo, sem ônus adicional para a contratante, contemplando:

- Treinamento presencial para equipes assistenciais em no mínimo dois turnos distintos;
- Abordagem prática e teórica sobre:
  - Operação e usuabilidade do equipamento;
  - Realização do treinamento no local de instalação ou em ambiente indicado pela contratante;
  - O agendamento do treinamento deverá ser realizado em comum acordo com a unidade requisitante, considerando a disponibilidade das equipes.

## VENTILADOR PULMONAR

Item	CATMAT	Descrição	Quantidade	Unidade
		<p>Dispositivo avançado para ventilação de pacientes adultos, pediátricos e neonatais, projetado para uso em transporte intra e extra-hospitalar e atendimento de emergência. Equipado com uma tela gráfica Touch Screen de no mínimo 5 polegadas, oferece modalidades de ventilação tanto volumétricas quanto pressométricas. O ventilador é ideal para aplicação em situações críticas, com fácil manuseio e alto desempenho.</p> <p style="text-align: center;"><b>2.1.1. Características Técnicas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Modalidades de Ventilação:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Volume Controlado.</li> <li>◦ Pressão Controlada.</li> <li>◦ Pressão de Suporte.</li> <li>◦ Pressão Regulada Volume Controlado.</li> <li>◦ CPAP (Ventilação com Pressão Positiva nas Vias Aéreas).</li> <li>◦ SIMV (Ventilação Mandatória Intermitente Sincronizada) em Pressão e Volume.</li> <li>◦ Ventilação de Backup em caso de apneia.</li> <li>◦ CPAP nasal.</li> <li>◦ Oxigenação de alto fluxo por cânula nasal de pelo menos 60 l/min.</li> </ul> </li> <li>• <b>Monitoramento e Visualização:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Tela Touch Screen de no mínimo 5 polegadas, gráfica e sensível ao toque.</li> <li>◦ Barra gráfica de pressão.</li> <li>◦ Seleção personalizável de até 5 gráficos simultâneos.</li> <li>◦ Visualização do nível de carga da bateria.</li> </ul> </li> <li>• <b>Parâmetros Monitorados:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Pressão de Pico.</li> <li>◦ Pressão de Platô.</li> <li>◦ Pressão Média.</li> <li>◦ PEEP (Pressão Positiva ao Final da Expiração).</li> <li>◦ Pico de Fluxo.</li> <li>◦ Volume Corrente Expiratório.</li> <li>◦ Volume Minuto.</li> <li>◦ FiO2 (Concentração de Oxigênio).</li> <li>◦ Frequência Respiratória.</li> <li>◦ I:E (Relação Inspiração/Expiração).</li> <li>◦ Tempo Inspiratório e Expiratório.</li> <li>◦ Gráficos de Tendências.</li> <li>◦ Histórico de Alarmes.</li> </ul> </li> <li>• <b>Mecânica Ventilatória:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Resistência Inspiratória.</li> <li>◦ Complacência Dinâmica e Estática.</li> </ul> </li> <li>• <b>Parâmetros Programáveis:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ FiO2: de 40% a 100%.</li> <li>◦ Rise time (tempo de subida).</li> <li>◦ Tempo Inspiratório.</li> <li>◦ Frequência Respiratória.</li> <li>◦ Volume Corrente (Tidal).</li> </ul> </li> </ul>		

2	413274	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Sensibilidade Expiratória.</li> <li>◦ Pressão Controlada e Pressão Suporte.</li> <li>◦ PEEP.</li> <li>◦ Sensibilidade por Pressão e Fluxo.</li> <li>◦ Tempo de Apneia.</li> <li>◦ Pausa Inspiratória.</li> <li>◦ Suspiro.</li> <li>◦ Auxiliar Oxigênio 100%.</li> <li>◦ Disparo Inspiratório Manual.</li> <li>◦ Congelar Gráficos.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alarmes:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Frequência Respiratória Máxima.</li> <li>◦ Volume Min. Expirado Máximo e Mínimo.</li> <li>◦ Volume Corrente Expirado Máximo e Mínimo.</li> <li>◦ Pressão Máxima e Mínima.</li> <li>◦ Apneia.</li> <li>◦ PEEP.</li> </ul> </li> <li>• <b>Fonte de Alimentação:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Bateria interna recarregável com autonomia mínima de 360 minutos.</li> </ul> </li> <li>• <b>Design e Funcionalidade:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Sistema de fixação específico para uso em ambulâncias e unidades móveis de resgate, incluindo transporte aéreo com compensação de altitude.</li> <li>◦ Peso inferior a 7 kg (sem acessórios).</li> </ul> </li> </ul> <p><b>3. Acessórios Inclusos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Circuito paciente esterilizável.</li> <li>• Válvula de exalação.</li> <li>• Cabo de alimentação.</li> <li>• Base móvel com rodízios e freios.</li> <li>• Braço articulado.</li> <li>• Conjunto de mangueiras.</li> </ul> <p><b>4. Conformidade Regulamentar</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro na ANVISA.</li> <li>• Certificado de Boas Práticas de Fabricação.</li> </ul> <p><b>5. Garantia e Suporte</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia mínima de 12 meses, cobrindo defeitos de fabricação e fornecendo suporte técnico conforme necessário.</li> </ul> <p><b>6. Treinamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Treinamento técnico operacional obrigatório para os profissionais responsáveis pelo uso do equipamento, garantindo o correto funcionamento e aproveitamento das funcionalidades do ventilador. O treinamento deverá ser realizado in loco e de acordo com a disponibilidade da unidade solicitante.</li> </ul>	10	Unidade
---	--------	--	----	---------

DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO				
Item	CATMAT	Descrição	Quantidade	Unidade
		<p>O desfibrilador externo automático (DEA) é um equipamento multifunção destinado à desfibrilação em casos de parada cardiorrespiratória súbita, com operação automatizada e assistida por voz, visando uso por profissionais de saúde ou leigos treinados em ambientes intra e extra-hospitalares.</p> <p>O equipamento deverá ser adequado para utilização em serviços de pronto atendimento/emergência, centros cirúrgicos, unidades de terapia intensiva (UTI) e atendimento pré-hospitalar terrestre e aéreo (ex.: SAMU), devendo apresentar robustez, portabilidade e confiabilidade compatíveis com tais aplicações.</p>		

O sistema deverá ser composto, no mínimo, por unidade principal, bateria e eletrodos de desfibrilação multifuncionais.

#### 1. CARACTERÍSTICAS GERAIS E FUNCIONAIS

O equipamento deverá possuir:

- Operação simplificada em 03 etapas: análise, carregamento de energia e aplicação do choque;
- Sistema de orientação por voz durante todo o processo de atendimento;
- Funções avançadas de assistência à ressuscitação cardiopulmonar (RCP), com feedback em tempo real;
- Capacidade de uso com eletrodos multifuncionais adulto/pediátrico, pré-conectados e com identificação automática;
- Botão de seleção do tipo de paciente (adulto/pediátrico), com ajuste automático dos parâmetros de energia e compressão;
- Forma de onda bifásica truncada exponencial (BTE), com eficácia clínica comprovada;
- Estrutura leve e portátil, adequada para operações de resgate.

#### 2. SISTEMA DE ASSISTÊNCIA À RCP

O equipamento deverá possuir sistema integrado de auxílio à RCP contendo:

- Orientação por voz para execução das manobras;
- Metrônomo para ritmo de compressões torácicas;
- Protocolos configuráveis de RCP (30:2, 15:2 ou contínuo);
- Feedback em tempo real com medição de:
  - Frequência de compressão: 30 a 200 compressões por minuto (cpm);
  - Profundidade: 0 a 8,5 cm;
- Indicação visual da qualidade da RCP, conforme parâmetros, exemplo:
  - Amarelo: abaixo do ideal;
  - Verde: dentro do ideal (5 a 6 cm / 100 a 120 cpm);
  - Vermelho: acima do ideal.

#### 3. SISTEMA DE DESFIBRILAÇÃO

O equipamento deverá possuir:

- Tecnologia de desfibrilação por onda bifásica (BTE);
- Seleção automática de energia conforme o tipo de paciente;

Faixa de energia mínima:

##### **Adulto:**

- 100 J, 150 J, 170 J, 200 J, 300 J, 360 J;

##### **Pediátrico:**

- 10 J, 15 J, 20 J, 30 J, 50 J, 70 J, 100 J.

Tempo de carregamento (com bateria em plena carga):

- 200 J em até 8 segundos;
- 360 J em até 15 segundos.

#### 4. SISTEMA DE ENERGIA E BATERIA

O equipamento deverá possuir:

- Bateria primária (não recarregável) de longa duração;
- Vida útil mínima da bateria de até 08 anos, conforme condições de armazenamento e uso;

Autonomia mínima:

- Até 12 horas de operação; ou
- Até 460 ciclos de carga/descarga em 150 J; ou
- Até 360 ciclos em 200 J; ou

3

402046

20

Unidade

- Até 210 ciclos em 360 J.

#### 5. TELA E INTERFACE

O equipamento deverá possuir:

- Tela do tipo TFT colorida;
- Tamanho mínimo de 7 polegadas;
- Resolução mínima de 800 x 480 pixels;
- Capacidade de exibição de, no mínimo, uma forma de onda (ECG);
- Interface intuitiva e de fácil interpretação, adequada para uso em situações críticas.

#### 6. GERENCIAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DADOS

O equipamento deverá permitir:

- Armazenamento de até 5 horas de formas de onda de ECG;
- Registro de até 1000 eventos de alarme;
- Armazenamento de até 1 hora de gravação de eventos clínicos;
- Registro de até 1500 relatórios de autoteste;

Os dados deverão ser acessíveis para revisão clínica e exportação.

#### 7. CONECTIVIDADE

O equipamento deverá possuir, no mínimo:

- Interface USB para exportação de dados e atualização de sistema;
- Possibilidade de conectividade via rede sem fio (Wi-Fi);
- Possibilidade de conectividade por rede móvel;
- Porta micro USB ou interface equivalente.

Serão aceitas soluções tecnológicas equivalentes ou superiores, desde que assegurem a interoperabilidade e transferência segura de dados.

#### 8. SEGURANÇA E PROTEÇÃO

O equipamento deverá possuir:

- Grau de proteção mínimo IPX5, garantindo resistência a jatos d'água;
- Resistência a quedas de, no mínimo, 1,5 metros;
- Sistema de segurança operacional integrado;
- Conformidade com requisitos de transporte em ambulâncias (ex.: resistência a vibração e impacto).

#### 9. REQUISITOS CONSTRUTIVOS E ERGONÔMICOS

- Peso aproximado de até 2,2 kg, favorecendo portabilidade;
- Construção robusta, adequada para uso em ambientes móveis e condições adversas;
- Design que permita operação rápida e segura em situações de emergência.

#### 10. CONFORMIDADE REGULATÓRIA

O equipamento deverá possuir registro vigente junto à ANVISA.

#### 11. TREINAMENTO

A contratada deverá fornecer treinamento operacional completo, sem ônus adicional para a contratante, contemplando:

- Treinamento presencial para equipes assistenciais, em no mínimo dois turnos distintos;
- Abordagem prática e teórica sobre:
  - Operação e usabilidade do equipamento;
- Realização do treinamento no local de instalação ou em ambiente indicado pela contratante;

O agendamento do treinamento deverá ser realizado em comum acordo com a unidade requisitante, considerando a disponibilidade das equipes.



2.3. **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços; e **na prorrogação da ata, os quantitativos poderão ser renovados**, conforme legislação vigente.

2.4. **Prazo de Entrega:** Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após emissão da Nota de Empenho.

2.5. **Modalidade:** Pregão Eletrônico, do tipo **menor preço por item**.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação fundamenta-se no **Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Coordenação Estadual do SAMU 192/RN**, que identificou a necessidade de aquisição de equipamentos médico-hospitalares visando:

- A **expansão e modernização da estrutura operacional** do SAMU 192/RN;
- O **fortalecimento da capacidade de resposta em emergências cardiovasculares e respiratórias**;
- A **padronização e atualização tecnológica** dos equipamentos utilizados nas ambulâncias de suporte avançado (USA) e básico (USB);
- O atendimento às metas do **Novo PAC**, voltadas ao fortalecimento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências.

O ETP concluiu pela **viabilidade técnica e econômica da contratação via registro de preços**, considerando a necessidade contínua e descentralizada de aquisição e reposição dos equipamentos.

### 4. DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Constitui objeto da presente licitação, com intenção de Registro de Preços, a futura e eventual aquisição de equipamentos médico-hospitalares destinados à estruturação, ampliação e manutenção operacional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 RN, compreendendo cardioversores, desfibriladores externos automáticos (DEA) e ventiladores pulmonares, conforme especificações técnicas, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

4.2. A contratação possui natureza de fornecimento de bens permanentes de uso assistencial, destinados ao atendimento pré-hospitalar móvel em urgência e emergência, compondo as ambulâncias de Suporte Básico de Vida (USB) e de Suporte Avançado de Vida (USA), bem como **garantindo reposição tecnológica, continuidade operacional e ampliação da cobertura do serviço**.

4.3. **Quantitativos estimados da contratação, juntamente com os últimos processos de aquisições:**

Item	Equipamento	Quantitativo	Destinação operacional
01	Cardioversor	10 unidades	Ambulâncias de Suporte Avançado de Vida (USA)
02	Ventilador Pulmonar	10 unidades	Ambulâncias de Suporte Avançado de Vida (USA)
03	Desfibrilador Externo Automático - DEA	20 unidades	Ambulâncias de Suporte Básico de Vida (USB)

4.4. Os quantitativos foram definidos com base no histórico de aquisições, na expansão das bases descentralizadas do SAMU 192 RN e na necessidade de reposição por obsolescência e indisponibilidade de equipamentos, conforme planejamento institucional e documentação técnica do setor competente.

4.5. **Prazo e vigência:**

4.5.1. A Ata de Registro de Preços decorrente da licitação terá vigência de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, nos termos da legislação vigente, não sendo admitida sua prorrogação.

4.5.2. Os contratos administrativos decorrentes da Ata, quando formalizados, terão vigência definida no instrumento contratual correspondente, vinculada ao prazo de entrega, garantia e recebimento definitivo dos equipamentos, podendo ser prorrogados nas hipóteses legalmente previstas, desde que devidamente justificadas e demonstrada a vantagem para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.5.3. A contratação visa assegurar a continuidade, a eficiência e a ampliação da capacidade assistencial do SAMU 192 RN, evitando desassistência à população e **garantindo a adequada estruturação das unidades móveis frente à expansão do serviço e à necessidade de reposição** dos equipamentos da Central de Materiais e Equipamentos (CME).

### 5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1. O custo estimado da contratação **possui caráter sigiloso** e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

5.2. Considerando o disposto no artigo 24, caput, da Lei nº 14.133/2021, que admite o sigilo do orçamento estimado da contratação, desde que devidamente justificado, decidimos pela **não divulgação do valor estimado** no edital da presente licitação.

5.3. A medida tem como objetivo **preservar o interesse público**, garantir a **isonomia entre os licitantes e evitar a manipulação de propostas com base no valor previamente conhecido**, o que poderia comprometer a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.4. O sigilo do orçamento estimado será mantido **até a fase de julgamento das propostas**, sendo o valor disponibilizado exclusivamente aos **órgãos de controle interno e externo**, conforme previsto na legislação vigente.

5.5. Ressalta-se que o edital conterá todas as informações técnicas, quantitativos e condições necessárias para

a elaboração das propostas, assegurando plena transparência e igualdade de condições entre os participantes. Dessa forma, a decisão de manter o orçamento em caráter sigiloso está **devidamente fundamentada** e alinhada aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade que regem a Administração Pública.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução compreende a **aquisição, entrega, instalação e treinamento operacional** dos equipamentos listados, garantindo o pleno funcionamento e integração aos protocolos assistenciais do SAMU 192/RN. O ciclo de vida do objeto abrange:

1. **Aquisição e entrega** dos equipamentos na Base Central do SAMU, em Macaíba;
2. **Instalação e teste de funcionamento;**
3. **Treinamento dos profissionais** designados para operação;
4. **Garantia técnica mínima de 12 meses** e manutenção corretiva durante o período de garantia;
5. **Descarte e substituição responsável** de equipamentos obsoletos, conforme normas da ANVISA e CONAMA.

## 7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. Equipamentos novos, de primeiro uso, com **registro válido na ANVISA;**
- 7.2. Conformidade com as **normas técnicas da ABNT e RDC nº 751/2022;**
- 7.3. Entrega acompanhada de **manual técnico em português e certificado de garantia;**
- 7.4. Fornecedor deve possuir **assistência técnica autorizada no território nacional;**
- 7.5. Treinamento de uso e manutenção para equipe técnica do SAMU/RN;
- 7.6. Prazo de entrega máximo: **45 dias corridos** após a emissão da Nota de Empenho;
- 7.7. Garantia mínima: **12 meses**, podendo ser superior se oferecida pelo fabricante.

## 8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

### 8.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica

Deverá ser apresentado(s) atestado(s) de capacidade técnica, em nome do licitante, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem fornecimento de equipamento pertinente(s) e compatível(is) com o objeto descrito no Termo de Referência, observado o enquadramento da atividade econômica principal e/ou secundária constante no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ junto à Receita Federal do Brasil.

O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, devendo ser apresentado(s) em papel timbrado da entidade emitente, em original ou cópia autenticada em cartório.

### 8.2. Documentação Técnica Complementar

A empresa vencedora deverá encaminhar, juntamente com a documentação de habilitação, o manual técnico oficial e exclusivo do equipamento ofertado, correspondente exatamente ao modelo apresentado na proposta.

Deverá ainda ser apresentado:

8.2.1. Certificado de Registro do Produto, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme legislação sanitária vigente aplicável a cada item cotado, devendo o referido documento acompanhar a proposta.

Não serão aceitos produtos amparados apenas por autorização de modelo, ainda que vigente.

8.2.2. Declaração formal de assistência técnica local, garantindo suporte técnico no âmbito regional, compatível com as necessidades operacionais da unidade de saúde.

8.2.3. Entrega acompanhada de **manual técnico em português e certificado de garantia;**

8.2.4. Conformidade com as **normas técnicas da ABNT e RDC nº 751/2022;**

8.2.5. Garantia mínima: **12 meses**, podendo ser superior se oferecida pelo fabricante.

## 9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. A execução ocorrerá em etapas:

9.1.1. **Formalização da Ata de Registro de Preços** e assinatura de contratos, conforme necessidade;

9.1.2. **Entrega dos equipamentos** na Base Central do SAMU 192 RN, em Macaíba:

9.1.2.1. BR 304, KM 299 - Ferreiro Torto - Macaíba/RN, CEP: 59285-215. De segunda à sexta-feiras, das 08h30 às 15h00, contato (84) 3171-8315, falar com Franco Viana, Secretário da instituição.

9.1.3. **Vistoria técnica e termo de recebimento provisório;**

9.1.4. **Testes operacionais e treinamento dos servidores;**

9.1.5. **Emissão do Termo de Recebimento Definitivo**, após aprovação técnica.

## 10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A gestão e fiscalização do contrato caberá à **Coordenação Estadual do SAMU 192/RN**, com apoio técnico da equipe de engenharia clínica e setor de patrimônio. As atividades incluirão:

- Acompanhamento da entrega e testes de aceitação;

- Conferência dos documentos fiscais e termos de garantia;
- Registro das ocorrências em sistema de controle patrimonial;
- Fiscalização técnica contínua e elaboração de relatórios de conformidade.

## 11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. **Medição:** será realizada por meio do **Termo de Recebimento Definitivo**, após a conferência física e funcional dos equipamentos.

11.2. **Pagamento:** efetuado em até 30 dias após o recebimento definitivo, mediante apresentação de **nota fiscal e documentação regular**.

11.3. Não será admitido pagamento antecipado, salvo em hipóteses legalmente autorizadas e com garantia correspondente.

## 12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. A seleção será realizada por **Pregão Eletrônico**, tipo **menor preço por item**, em **Sistema de Registro de Preços**, observando:

- 12.1.1. Conformidade técnica com as especificações;
- 12.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista do licitante;
- 12.1.3. Atendimento às condições de habilitação exigidas no edital;
- 12.1.4. Critérios de desempate conforme Lei nº 14.133/2021.

12.2. As microempresas e empresas de pequeno porte (as EPPs) poderão participar desta licitação na forma prescrita na Lei Complementar nº 123/2006 juntamente com a Lei nº 675/2020 do estado do RN, com exclusividade no item 03, no item 2.1 deste TR.

12.3. Quanto aos itens dos Lotes 01 e 02, **não será admitida exclusividade às microempresas e empresas de pequeno porte (as EPPs)** devido as seguintes hipóteses:

12.4. Devido tais equipamentos possuírem elevado valor agregado, rigorosos requisitos técnicos, certificações específicas junto à ANVISA, assistência técnica especializada, suporte contínuo, garantia estendida, reposição imediata de peças, bem como logística adequada para entrega e instalação, exigindo das licitantes robusta capacidade técnica, operacional, financeira e estrutural.

12.5. Diante dessas características, não se mostra tecnicamente viável a restrição da participação às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), pois tal limitação poderia comprometer a competitividade do certame, a ampla disputa e, sobretudo, a segurança e continuidade do serviço público essencial de saúde.

12.6. Ressalta-se ainda que o art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 autoriza expressamente a Administração a não aplicar o tratamento diferenciado às ME/EPP quando não houver viabilidade técnica ou quando a medida puder prejudicar o conjunto ou o objeto da contratação, situação claramente configurada neste caso, considerando:

- 12.6.1. a natureza crítica e vital dos equipamentos;
- 12.6.2. o alto grau de especialização tecnológica exigido;
- 12.6.3. a necessidade de pronta resposta em manutenção corretiva;
- 12.6.4. os altos custos logísticos e de fabricação envolvidos.

## 13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo SAMU 192 RN, que acompanhará a entrega dos equipamentos/prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à Fornecedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

13.2. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o SAMU e terá as seguintes atribuições:

- a) Definir, de acordo com o objeto da licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;
- b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, etc;
- c) Assegurar à DETENTORA acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria;
- d) Agir e decidir em nome do SAMU inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas;
- e) Comunicar oficialmente à DETENTORA quanto à rejeição do(s) produto(s);
- f) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado;
- g) Exigir da DETENTORA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela DETENTORA, de condições previstas neste instrumento;
- i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à DETENTORA, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;
- j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à DETENTORA;
- k) Instruir o(s) recurso(s) da DETENTORA no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do SAMU;
- l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer

natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelo mesmo julgados necessários;

13.3. A gestora pela fiscalização e acompanhamento deste contrato, será a Servidora **Cláudia Teixeira do Espírito Santo**, Matrícula: 204494-3, designada pela Coordenação Geral do SAMU 192 RN.

#### 14. GARANTIA

14.1. Os equipamentos médicos hospitalares deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega e aceitação dos produtos. Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar assistência técnica sem ônus adicional para o SAMU 192 RN.

#### 15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

15.1. É necessário o desenvolvimento tanto quanto o cuidado do meio ambiente. Assim, o estímulo à inovação e à descoberta de alternativas mais eficientes, nos aspectos pecuniários e ambiental, são medidas norteadoras pelas quais devem seguir o gestor público moderno, em face do alto consumo de bens e serviços proporcionados pela Administração Pública.

15.2. Com efeito, inovação e sustentabilidade devem caminhar juntas, tarefa que competirá ao servidor público durante a construção do ETP, 36118147. Desse modo, não se vislumbram possíveis impactos ambientais decorrentes da eventual aquisição, pois a **política de descartes** e condutas sustentáveis do CME (Central de Material e Esterelização) do SAMU 192 RN tem o domínio e os meios de destinação final dos materiais utilizados no serviço como o sistema de coleta semanal na Base do SAMU, periodicamente.

15.3. Considerando o objeto da contratação dos **equipamentos médicos hospitalares** é possível justificar a exigência de critérios de sustentabilidade com base nos seguintes pontos:

a) **Eficiência energética:** Equipamentos que consomem menos energia reduzem custos operacionais e impactos ambientais, no caso dos Ventiladores Pulmonares demais itens desta aquisição.

b) **Durabilidade e ciclo de vida:** Produtos com maior vida útil e possibilidade de manutenção prolongam o uso e reduzem descarte.

c) **Materiais recicláveis ou menos poluentes:** A escolha de materiais com menor impacto ambiental contribuindo para a gestão sustentável de resíduos hospitalares.

d) **Certificações ambientais:** Como ISO 14001 ou selo Energy Star, que comprovam práticas sustentáveis na fabricação.

15.4. Esses critérios não apenas atendem aos princípios legais, mas também promovem a **eficiência econômica e responsabilidade ambiental**, alinhando-se ao interesse público.

#### 16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Entregar os equipamentos conforme as especificações técnicas e dentro do prazo estipulado;

16.2. Prestar assistência técnica durante o período de garantia;

16.3. Substituir quaisquer produtos defeituosos sem custo adicional para o SAMU RN;

16.4. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos equipamentos que forem objetos do Contrato e presta os esclarecimentos necessários.

#### 17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Realizar o pagamento conforme condições estabelecidas no contrato;

17.2. Fornecer todas as informações e suporte necessários para a entrega dos produtos;

17.3. Realizar a verificação e aceitação dos produtos no ato da entrega.

#### 18. SANÇÃO ADMINISTRATIVA

18.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato;	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- e) Na aplicação das sanções serão considerados:
- f) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- g) as peculiaridades do caso concreto;
- h) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- i) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- j) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.3. A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.4. A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

18.5. A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.6. A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.7. A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

18.8. As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

18.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.10. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.13. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

18.14. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

18.15. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

18.16. interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 21.4;

18.17. suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

18.18. suspensa por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

18.19. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito

procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

18.20. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.21. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

18.22. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

18.23. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

18.24. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

18.25. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## 19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência seguirá o **Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023**, ou seja:

19.1.1. § 5º Na licitação para registro de preços não é necessária a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE CLAUDIO MIRANDA DE MACEDO, Diretor de Unidade de Apoio de Saúde**, em 20/03/2026, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **WILMA MARIA FERNANDES DANTAS, Coordenadora Geral**, em 23/03/2026, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA LETICIA LOPES DUARTE, Coordenadora de Regulação em Saúde e Avaliação**, em 23/03/2026, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40152566** e o código CRC **7A1092A2**.



## MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 00610033.003554/2025-79

**\* MINUTA DE DOCUMENTO**

CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE CELEBRA O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

O Estado do Rio Grande do Norte, através da **Secretaria de Estado da Saúde Pública** – Órgão da Administração Direta, com sede à Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Centro - Natal/RN, CEP: 59.025-600, inscrita no CNPJ sob nº 08.241.754/0001-45, neste ato, representada por sua titular, Dr. Alexandre Motta Câmara, CPF nº 538.596.694-00, de agora em diante denominada CONTRATANTE e a empresa, e de outro lado a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor(a) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Estadual nº 675/2020, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e legislação correlata, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos médico-hospitalares destinados à renovação e ampliação da frota e das bases operacionais do **Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 do Rio Grande do Norte**, no contexto do **Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC)**.

1.2. Descrição detalhada dos itens encontra-se deescrita em nas tabelas abaixo:

CARDIOVERSOR				
Item	CATMAT	Descrição	Quantidade	Unidade
		<p><b>CARDIOVERSOR -</b></p> <p>1. DESCRIÇÃO GERAL E APLICAÇÃO</p> <p>Equipamento multifuncional destinado à realização das seguintes funções clínicas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Monitorização multiparamétrica;</li><li>• Desfibrilação externa manual;</li><li>• Desfibrilação externa automática (DEA);</li><li>• Cardioversão sincronizada;</li><li>• Estimulação cardíaca não invasiva (marca-passo externo);</li><li>• Monitorização de ECG;</li><li>• Oximetria de pulso (SpO<sub>2</sub>);</li><li>• Pressão arterial não invasiva (PNI).</li></ul> <p>O equipamento deverá ser adequado para utilização em:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Pronto atendimento e emergência;</li><li>• Unidades de Terapia Intensiva (UTI);</li><li>• Centro cirúrgico;</li><li>• Atendimento pré-hospitalar móvel terrestre e aéreo (SAMU ou equivalente).</li></ul> <p>Deverá possuir operação simplificada em, no mínimo, três etapas: <b>seleção de energia, carregamento e aplicação do choque</b>.</p> <p>2. CARACTERÍSTICAS GERAIS</p> <p>O equipamento deverá possuir:</p>		

- Tela colorida LCD/TFT com tamanho mínimo de 7 polegadas;
- Resolução mínima de 800 × 480 pixels;
- Ajuste de brilho;
- Exibição simultânea de até 04 formas de onda;
- Exibição de parâmetros numéricos, alarmes e informações do paciente;
- Peso máximo de 5 kg;
- Grau de proteção mínimo IP65 (proteção contra poeira e jatos de água);
- Estrutura adequada ao transporte em ambiente pré-hospitalar.

Deverá acompanhar:

- Jogo de pás permanentes adulto/pediátrico com comandos integrados para carga, seleção de energia e disparo;
- Sistema de autoteste com, no mínimo:
  - Teste de rotina;
  - Teste de energia;
  - Teste de controle.

### 3. ALIMENTAÇÃO E BATERIA

O equipamento deverá possuir:

- Alimentação elétrica bivolt automática: 110 a 240 V / 50-60 Hz;
- Bateria interna de íons de lítio com capacidade mínima de 5000 mAh e tensão nominal de 14,4 V;
- Autonomia mínima:
  - Monitorização contínua: 6 horas;
  - Desfibrilação:
    - Mínimo de 210 descargas a 360 J;
    - Mínimo de 330 descargas a 200 J;
  - Estimulação não invasiva: mínimo de 4,5 horas;
- Possibilidade de carregamento em corrente contínua (uso em ambulâncias).

### 4. MODO DESFIBRILADOR / CARDIOVERSOR

O equipamento deverá possuir:

- Modos: desfibrilação manual, desfibrilação sincronizada e DEA;
- Tecnologia de onda bifásica (BTE ou equivalente);
- Seleção de energia até 360 J, com múltiplos níveis intermediários (mínimo de 25 passos);
- Compensação automática de impedância do paciente (faixa mínima de 20 a 250 ohms);
- Tempo de carga (com bateria plena):
  - 200 J: ≤ 3 segundos;
  - 360 J: ≤ 7 segundos.

### 5. MODO DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA)

O equipamento deverá possuir:

- Tempo de carga:
  - 200 J: ≤ 10 segundos;
  - 360 J: ≤ 12 segundos;
- Conformidade com diretrizes internacionais aplicáveis (ex.: AHA, IEC ou equivalentes tecnicamente aceitas).

### 6. MONITORIZAÇÃO MULTIPARAMÉTRICA

#### 6.1 ECG

- Compatibilidade com cabos de 3, 5, 6 e 12 derivações;
- Sensibilidade ajustável: 1,25 a 40 mm/mV;
- Velocidade de varredura: 6,25 a 50 mm/s;
- Análise de arritmias (mínimo de 27 tipos);
- Faixa de frequência cardíaca:
  - Adulto: 15 a 300 bpm;
  - Pediátrico/neonatal: 15 a 350 bpm;
- Precisão: ±1% ou ±1 bpm.

1	5282314	<p>6.2 Frequência Respiratória</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Faixa de medição: <ul style="list-style-type: none"> <li>Adulto/pediátrico: 0 a 200 rpm;</li> </ul> </li> <li>Precisão: <ul style="list-style-type: none"> <li>0 a 120 rpm: <math>\pm 1</math> rpm;</li> <li>121 a 200 rpm: <math>\pm 2</math> rpm.</li> </ul> </li> </ul> <p>6.3 Pressão Não Invasiva (PNI)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Faixas de medição: <ul style="list-style-type: none"> <li>Sistólica: <ul style="list-style-type: none"> <li>Adulto: 25 a 290 mmHg;</li> <li>Pediátrico: 25 a 250 mmHg;</li> <li>Neonatal: 25 a 140 mmHg;</li> </ul> </li> <li>Média: <ul style="list-style-type: none"> <li>Adulto: 15 a 290 mmHg;</li> <li>Pediátrico: 15 a 225 mmHg;</li> <li>Neonatal: 15 a 125 mmHg;</li> </ul> </li> <li>Diastólica: <ul style="list-style-type: none"> <li>Adulto: 10 a 250 mmHg;</li> <li>Pediátrico: 10 a 210 mmHg;</li> <li>Neonatal: 10 a 115 mmHg;</li> </ul> </li> </ul> </li> <li>Precisão: <math>\pm 5</math> mmHg;</li> <li>Intervalo automático programável: 1 a 720 minutos.</li> </ul> <p>6.4 Oximetria de Pulso (SpO<sub>2</sub>)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Faixa de medição: 0 a 100%;</li> <li>Precisão: <ul style="list-style-type: none"> <li><math>\pm 2\%</math> (adulto/pediátrico);</li> <li><math>\pm 3\%</math> (neonatal);</li> </ul> </li> <li>Frequência de pulso: <ul style="list-style-type: none"> <li>Faixa: 20 a 300 bpm;</li> <li>Resolução: 1 bpm;</li> <li>Precisão: <math>\pm 2</math> bpm.</li> </ul> </li> </ul> <p>6.5 Capnografia (EtCO<sub>2</sub>)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Tipo: mainstream ou sidestream;</li> <li>Faixa de medição: 0 a 150 mmHg.</li> </ul> <p>7. MODO MARCA-PASSO EXTERNO</p> <p>O equipamento deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Modos de estimulação: fixo e sob demanda;</li> <li>Frequência: 30 a 210 ppm;</li> <li>Precisão: <math>\pm 1</math> ppm ou <math>\pm 1,5\%</math>;</li> <li>Corrente: 0 a 200 mA;</li> <li>Precisão: <math>\pm 5\%</math> ou <math>\pm 5</math> mA;</li> <li>Largura de pulso: 20 a 40 ms.</li> </ul> <p>8. ARMAZENAMENTO E REVISÃO DE DADOS</p> <p>O equipamento deverá possuir capacidade mínima de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Tendência: 120 horas (resolução de 1 minuto);</li> <li>Gráficos e tabelas: 160 horas;</li> <li>Eventos de alarme: 1000 registros;</li> <li>Dados de PNI: 2000 medições;</li> <li>Gravação de DEA: mínimo de 240 minutos (até 60 minutos por paciente);</li> <li>Armazenamento de formas de onda: mínimo de 120 horas.</li> </ul> <p>9. SISTEMA DE REGISTRO</p> <p>O equipamento deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Impressora térmica integrada;</li> <li>Impressão de até 03 formas de onda simultâneas;</li> <li>Largura do papel: 50 mm;</li> <li>Velocidade: 6,5 / 12,5 / 25 / 50 mm/s;</li> <li>Tempo de gravação: 3 a 32 segundos.</li> </ul> <p>10. CONECTIVIDADE</p> <p>O equipamento deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Porta USB para exportação de dados e atualização.</li> </ul>	10	Unidade
---	---------	---	----	---------

- de sistema;
- Conectividade com rede;
- Integração com central de monitoramento.

11. CONFORMIDADE NORMATIVA  
O equipamento deverá estar em conformidade com normas técnicas internacionais aplicáveis à segurança elétrica, compatibilidade eletromagnética e desempenho de equipamentos eletromédicos, incluindo, mas não se limitando a:

- Série IEC/EN 60601;
- Série ISO/IEC aplicáveis a monitorização e suporte à vida;
- Requisitos de transporte e uso em ambulâncias (ex.: EN 1789 ou equivalente).

12. TREINAMENTO  
A contratada deverá fornecer treinamento operacional completo, sem ônus adicional para a contratante, contemplando:

- Treinamento presencial para equipes assistenciais em no mínimo dois turnos distintos;
- Abordagem prática e teórica sobre:
  - Operação e usuabilidade do equipamento;
  - Realização do treinamento no local de instalação ou em ambiente indicado pela contratante;
  - O agendamento do treinamento deverá ser realizado em comum acordo com a unidade requisitante, considerando a disponibilidade das equipes.

VENTILADOR PULMONAR				
---------------------	--	--	--	--

Item	CATMAT	Descrição	Quantidade	Unidade
		<p>Dispositivo avançado para ventilação de pacientes adultos, pediátricos e neonatais, projetado para uso em transporte intra e extra-hospitalar e atendimento de emergência. Equipado com uma tela gráfica Touch Screen de no mínimo 5 polegadas, oferece modalidades de ventilação tanto volumétricas quanto pressométricas. O ventilador é ideal para aplicação em situações críticas, com fácil manuseio e alto desempenho.</p> <p>1.2.1. <b>Características Técnicas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Modalidades de Ventilação:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Volume Controlado.</li> <li>◦ Pressão Controlada.</li> <li>◦ Pressão de Suporte.</li> <li>◦ Pressão Regulada Volume Controlado.</li> <li>◦ CPAP (Ventilação com Pressão Positiva nas Vias Aéreas).</li> <li>◦ SIMV (Ventilação Mandatória Intermitente Sincronizada) em Pressão e Volume.</li> <li>◦ Ventilação de Backup em caso de apneia.</li> <li>◦ CPAP nasal.</li> <li>◦ Oxigenação de alto fluxo por cânula nasal de pelo menos 60 l/min.</li> </ul> </li> <li>• <b>Monitoramento e Visualização:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Tela Touch Screen de no mínimo 5 polegadas, gráfica e sensível ao toque.</li> <li>◦ Barra gráfica de pressão.</li> <li>◦ Seleção personalizável de até 5 gráficos simultâneos.</li> <li>◦ Visualização do nível de carga da bateria.</li> </ul> </li> <li>• <b>Parâmetros Monitorados:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Pressão de Pico.</li> <li>◦ Pressão de Platô.</li> <li>◦ Pressão Média.</li> <li>◦ PEEP (Pressão Positiva ao Final da Expiração).</li> <li>◦ Pico de Fluxo.</li> </ul> </li> </ul>		

2	413274	<ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Volume Corrente Expiratório.</li> <li>◦ Volume Minuto.</li> <li>◦ FiO2 (Concentração de Oxigênio).</li> <li>◦ Frequência Respiratória.</li> <li>◦ I:E (Relação Inspiração/Expiração).</li> <li>◦ Tempo Inspiratório e Expiratório.</li> <li>◦ Gráficos de Tendências.</li> <li>◦ Histórico de Alarmes.</li> <li>• <b>Mecânica Ventilatória:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Resistência Inspiratória.</li> <li>◦ Complacência Dinâmica e Estática.</li> </ul> </li> <li>• <b>Parâmetros Programáveis:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ FiO2: de 40% a 100%.</li> <li>◦ Rise time (tempo de subida).</li> <li>◦ Tempo Inspiratório.</li> <li>◦ Frequência Respiratória.</li> <li>◦ Volume Corrente (Tidal).</li> <li>◦ Sensibilidade Expiratória.</li> <li>◦ Pressão Controlada e Pressão Suporte.</li> <li>◦ PEEP.</li> <li>◦ Sensibilidade por Pressão e Fluxo.</li> <li>◦ Tempo de Apneia.</li> <li>◦ Pausa Inspiratória.</li> <li>◦ Suspiro.</li> <li>◦ Auxiliar Oxigênio 100%.</li> <li>◦ Disparo Inspiratório Manual.</li> <li>◦ Congelar Gráficos.</li> </ul> </li> <li>• <b>Alarmes:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Frequência Respiratória Máxima.</li> <li>◦ Volume Min. Expirado Máximo e Mínimo.</li> <li>◦ Volume Corrente Expirado Máximo e Mínimo.</li> <li>◦ Pressão Máxima e Mínima.</li> <li>◦ Apneia.</li> <li>◦ PEEP.</li> </ul> </li> <li>• <b>Fonte de Alimentação:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Bateria interna recarregável com autonomia mínima de 360 minutos.</li> </ul> </li> <li>• <b>Design e Funcionalidade:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Sistema de fixação específico para uso em ambulâncias e unidades móveis de resgate, incluindo transporte aéreo com compensação de altitude.</li> <li>◦ Peso inferior a 7 kg (sem acessórios).</li> </ul> </li> </ul> <p><b>3. Acessórios Inclusos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Circuito paciente esterilizável.</li> <li>• Válvula de exalação.</li> <li>• Cabo de alimentação.</li> <li>• Base móvel com rodízios e freios.</li> <li>• Braço articulado.</li> <li>• Conjunto de mangueiras.</li> </ul> <p><b>4. Conformidade Regulamentar</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro na ANVISA.</li> <li>• Certificado de Boas Práticas de Fabricação.</li> </ul> <p><b>5. Garantia e Suporte</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia mínima de 12 meses, cobrindo defeitos de fabricação e fornecendo suporte técnico conforme necessário.</li> </ul> <p><b>6. Treinamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Treinamento técnico operacional obrigatório para os profissionais responsáveis pelo uso do equipamento, garantindo o correto funcionamento e aproveitamento das funcionalidades do ventilador. O treinamento deverá ser realizado in loco e de acordo com a disponibilidade da unidade solicitante.</li> </ul>	10	Unidade
Item	CATMAT	Descrição <div>Minuta de Contrato 40087734</div>	Quantidade <div>SEI 00610033.003554/2023-797 pg. 31</div>	Unidade

O desfibrilador externo automático (DEA) é um equipamento multifunção destinado à desfibrilação em casos de parada cardiorrespiratória súbita, com operação automatizada e assistida por voz, visando uso por profissionais de saúde ou leigos treinados em ambientes intra e extra-hospitalares.

O equipamento deverá ser adequado para utilização em serviços de pronto atendimento/emergência, centros cirúrgicos, unidades de terapia intensiva (UTI) e atendimento pré-hospitalar terrestre e aéreo (ex.: SAMU), devendo apresentar robustez, portabilidade e confiabilidade compatíveis com tais aplicações.

O sistema deverá ser composto, no mínimo, por unidade principal, bateria e eletrodos de desfibrilação multifuncionais.

#### 1. CARACTERÍSTICAS GERAIS E FUNCIONAIS

O equipamento deverá possuir:

- Operação simplificada em 03 etapas: análise, carregamento de energia e aplicação do choque;
- Sistema de orientação por voz durante todo o processo de atendimento;
- Funções avançadas de assistência à ressuscitação cardiopulmonar (RCP), com feedback em tempo real;
- Capacidade de uso com eletrodos multifuncionais adulto/pediátrico, pré-conectados e com identificação automática;
- Botão de seleção do tipo de paciente (adulto/pediátrico), com ajuste automático dos parâmetros de energia e compressão;
- Forma de onda bifásica truncada exponencial (BTE), com eficácia clínica comprovada;
- Estrutura leve e portátil, adequada para operações de resgate.

#### 2. SISTEMA DE ASSISTÊNCIA À RCP

O equipamento deverá possuir sistema integrado de auxílio à RCP contendo:

- Orientação por voz para execução das manobras;
- Metrônomo para ritmo de compressões torácicas;
- Protocolos configuráveis de RCP (30:2, 15:2 ou contínuo);
- Feedback em tempo real com medição de:
  - Frequência de compressão: 30 a 200 compressões por minuto (cpm);
  - Profundidade: 0 a 8,5 cm;
- Indicação visual da qualidade da RCP, conforme parâmetros, exemplo:
  - Amarelo: abaixo do ideal;
  - Verde: dentro do ideal (5 a 6 cm / 100 a 120 cpm);
  - Vermelho: acima do ideal.

#### 3. SISTEMA DE DESFIBRILAÇÃO

O equipamento deverá possuir:

- Tecnologia de desfibrilação por onda bifásica (BTE);
- Seleção automática de energia conforme o tipo de paciente;

Faixa de energia mínima:

##### **Adulto:**

- 100 J, 150 J, 170 J, 200 J, 300 J, 360 J;

##### **Pediátrico:**

- 10 J, 15 J, 20 J, 30 J, 50 J, 70 J, 100 J.

Tempo de carregamento (com bateria em plena carga):

- 200 J em até 8 segundos;
- 360 J em até 15 segundos.

#### 4. SISTEMA DE ENERGIA E BATERIA

O equipamento deverá possuir:

- Bateria primária (não recarregável) de longa duração;
- Vida útil mínima da bateria de até 08 anos conforme condições de armazenamento e uso;

Autonomia mínima:

- Até 12 horas de operação; ou
- Até 460 ciclos de carga/descarga em 150 J; ou
- Até 360 ciclos em 200 J; ou
- Até 210 ciclos em 360 J.

#### 5. TELA E INTERFACE

O equipamento deverá possuir:

- Tela do tipo TFT colorida;
- Tamanho mínimo de 7 polegadas;
- Resolução mínima de 800 x 480 pixels;
- Capacidade de exibição de, no mínimo, uma forma de onda (ECG);
- Interface intuitiva e de fácil interpretação, adequada para uso em situações críticas.

#### 6. GERENCIAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DADOS

O equipamento deverá permitir:

- Armazenamento de até 5 horas de formas de onda de ECG;
- Registro de até 1000 eventos de alarme;
- Armazenamento de até 1 hora de gravação de eventos clínicos;
- Registro de até 1500 relatórios de autoteste;

Os dados deverão ser acessíveis para revisão clínica e exportação.

#### 7. CONECTIVIDADE

O equipamento deverá possuir, no mínimo:

- Interface USB para exportação de dados e atualização de sistema;
- Possibilidade de conectividade via rede sem fio (Wi-Fi);
- Possibilidade de conectividade por rede móvel;
- Porta micro USB ou interface equivalente.

Serão aceitas soluções tecnológicas equivalentes ou superiores, desde que assegurem a interoperabilidade e transferência segura de dados.

#### 8. SEGURANÇA E PROTEÇÃO

O equipamento deverá possuir:

- Grau de proteção mínimo IPX5, garantindo resistência a jatos d'água;
- Resistência a quedas de, no mínimo, 1,5 metros;
- Sistema de segurança operacional integrado;
- Conformidade com requisitos de transporte em ambulâncias (ex.: resistência a vibração e impacto).

#### 9. REQUISITOS CONSTRUTIVOS E ERGONÔMICOS

- Peso aproximado de até 2,2 kg, favorecendo portabilidade;
- Construção robusta, adequada para uso em ambientes móveis e condições adversas;
- Design que permita operação rápida e segura em situações de emergência.

#### 10. CONFORMIDADE REGULATÓRIA

O equipamento deverá possuir registro vigente junto à ANVISA.

#### 11. TREINAMENTO

	<p>A contratada deverá fornecer treinamento operacional completo, sem ônus adicional para a contratante, contemplando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Treinamento presencial para equipes assistenciais, em no mínimo dois turnos distintos;</li> <li>• Abordagem prática e teórica sobre: <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Operação e usabilidade do equipamento;</li> </ul> </li> <li>• Realização do treinamento no local de instalação ou em ambiente indicado pela contratante;</li> </ul> <p>O agendamento do treinamento deverá ser realizado em comum acordo com a unidade requisitante, considerando a disponibilidade das equipes.</p>		
--	--	--	--

1.3. Vinculam este Contrato, independente de sua transcrição, Termo de Referência, o Edital de Licitação, a Proposta da CONTRATADA e demais elementos constantes do referido processo.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A contratação objeto deste documento obrigacional é celebrada com base no resultado, homologação em \_\_/\_\_/\_\_ e adjudicação do Certame Licitatório - **Pregão Eletrônico - Ata de Registro de Preços nº \_\_/\_\_** - Processo nº 00610033.003554/2025-79.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 4. CLÁUSULA QUARTA - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Equipamentos novos, de primeiro uso, com **registro válido na ANVISA**;
- 4.2. Conformidade com as **normas técnicas da ABNT e RDC nº 751/2022**;
- 4.3. Entrega acompanhada de **manual técnico em português e certificado de garantia**;
- 4.4. Fornecedor deve possuir **assistência técnica autorizada no território nacional**;
- 4.5. Treinamento de uso e manutenção para equipe técnica do SAMU/RN;
- 4.6. Prazo de entrega máximo: **90 dias corridos** após a emissão da Nota de Empenho;
- 4.7. Garantia mínima: **12 meses**, podendo ser superior se oferecida pelo fabricante.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE EXECUÇÃO

- 5.1. A execução ocorrerá em etapas:
  - 5.1.1. **Formalização da Ata de Registro de Preços** e assinatura de contratos conforme necessidade;
  - 5.1.2. **Entrega dos equipamentos** na Base Central do SAMU 192 RN, em Macaíba:
    - 5.1.2.1. BR 304, KM 299 - Ferreiro Torto - Macaíba/RN, CEP: 59285-215. De segunda à sexta-feiras, das 08h30 às 15h00, contato (84) 3171-8315, falar com Franco Viana, Secretário da instituição.
    - 5.1.2.2. **Vistoria técnica e termo de recebimento provisório**;
    - 5.1.2.3. **Testes operacionais e treinamento dos servidores**;
    - 5.1.2.4. **Emissão do Termo de Recebimento Definitivo**, após aprovação técnica.
- 5.2. **Garantia:**
  - 5.2.1. Os equipamentos médicos hospitalares deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega e aceitação dos produtos. Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar assistência técnica sem ônus adicional para o SAMU 192 RN.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 6.1. A gestão e fiscalização do contrato caberá à **Coordenação Estadual do SAMU 192/RN**, com apoio técnico da equipe de engenharia clínica e setor de patrimônio. As atividades incluirão:
  - 6.1.1. Acompanhamento da entrega e testes de aceitação;
  - 6.1.2. Conferência dos documentos fiscais e termos de garantia;
  - 6.1.3. Registro das ocorrências em sistema de controle patrimonial;
  - 6.1.4. Fiscalização técnica contínua e elaboração de relatórios de conformidade.
- 6.2. A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo SAMU 192 RN, que acompanhará a entrega dos equipamentos/prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à Fornecedor a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.
- 6.3. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o SAMU e terá as seguintes atribuições:

- a) Definir, de acordo com o objeto da licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pela contratada.
- b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da



- proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, etc;
- c) Assegurar à DETENTORA acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria;
- d) Agir e decidir em nome do SAMU inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas;
- e) Comunicar oficialmente à DETENTORA quanto à rejeição do(s) produto(s);
- f) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado;
- g) Exigir da DETENTORA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela DETENTORA, de condições previstas neste instrumento;
- i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à DETENTORA, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;
- j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à DETENTORA;
- k) Instruir o(s) recurso(s) da DETENTORA no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do SAMU;
- l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelo mesmo julgados necessários;

6.4. A gestora pela fiscalização e acompanhamento deste contrato, será a Servidora **Cláudia Teixeira do Espírito Santo**, Matrícula: 204494-3, designada pela Coordenação Geral do SAMU 192 RN.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - SUBCONTRATAÇÃO**

7.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - VALOR**

8.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

8.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **9. CLÁUSULA NONA- PAGAMENTO**

### **9.1. Medição:**

9.1.1. será realizada por meio do **Termo de Recebimento Definitivo**, após a conferência física e funcional dos equipamentos.

### **9.2. Pagamento:**

9.2.1. efetuado em até **30 dias** após o recebimento definitivo, mediante apresentação de **nota fiscal e documentação regular**.

9.3. Não será admitido pagamento antecipado, salvo em hipóteses legalmente autorizadas e com garantia correspondente.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - REAJUSTE**

10.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

10.2. No caso de formalização de contrato:

10.2.1. os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

10.2.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se índices específicos ou setoriais em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.2.3. Conforme processo 00610075.000868/2024-42, caso não seja indicado um índice no termo de referência que melhor esteja correlacionado com os custos do objeto contratual ou não haja algum índice de adoção consagrada para o objeto contratado, deve ser adotado o IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

10.2.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.2.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.2.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.2.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Realizar o pagamento conforme condições estabelecidas no contrato;

11.2. Fornecer todas as informações e suporte necessários para a entrega dos produtos;

11.3. Realizar a verificação e aceitação dos produtos no ato da entrega.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 12.1. Entregar os equipamentos conforme as especificações técnicas e dentro do prazo estipulado;
- 12.2. Prestar assistência técnica durante o período de garantia;
- 12.3. Substituir quaisquer produtos defeituosos sem custo adicional para o SAMU RN;
- 12.4. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos equipamentos que forem objetos do Contrato e presta os esclarecimentos necessários.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, por não haver complexidade e vultuosidade na presente licitação.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 14.1. o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato;	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- e) Na aplicação das sanções serão considerados:
- f) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- g) as peculiaridades do caso concreto;
- h) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- i) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- j) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 14.3. A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

- 14.4. A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

14.5. A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.6. A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.7. A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

14.8. As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

14.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.10. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.13. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14.14. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

14.15. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

14.16. interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 21.4;

14.17. suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

14.18. suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

14.19. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

14.20. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.21. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

14.22. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste contrato.

14.23. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

14.24. É admitida a reabilitação da Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

14.25. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação da Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa

de integridade pelo responsável.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

15.1. As condições para extinção dos contratos são as mesmas previstas tanto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/2023.

15.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.3. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. (art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021).

15.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.5. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da SESAP, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

15.6. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, esta sofrerá as sanções previstas no termo de contrato.

15.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

16.1.1. Gestão/Unidade:

16.1.2. Fonte de Recursos:

16.1.3. Programa de Trabalho:

16.1.4. Elemento de Despesa:

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a Lei Federal nº 14.133 em sua atual redação, pelo Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023 e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÕES**

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO**

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO**

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir quaisquer dúvidas deste Contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.2. E para firmeza e validade, e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, é expedido o presente contrato em 02 (duas) vias, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua aprovação e execução.

Natal/RN, [data no rodapé com assinatura eletrônica].

(assinado eletronicamente)

---

**Pela Contratada**



Documento assinado eletronicamente por **ANNA LARISSA DE OLIVEIRA COELHO MEDEIROS**, **TAS/Administradora**, em 24/04/2026, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40887734** e o código CRC **743352C5**.

## MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 00610033.003554/2025-79

O Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA, com sede à Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 730, Cidade Alta, Natal (RN), inscrito(a) no CNPJ 08.241.754/0001-45, neste ato representada pelo Secretário ALEXANDRE MOTTA CÂMARA, inscrita no CPF 538.596.694-00, nomeado por Ato da Governadora *Maria de Fátima Bezerra*, considerando o resultado da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, resolve registrar os preços das empresas, indicadas e qualificadas nesta Ata, de acordo com a qualificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 32.449/2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição, por meio de **Registro de Preços**, de equipamentos médico-hospitalares destinados à renovação e ampliação da frota e das bases operacionais do **Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 do Rio Grande do Norte**, no contexto do **Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC)**.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ITEM	Nº REGISTRO M.S.	CMED	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	DENOMINAÇÃO COMERCIAL (Quando houver)	PREÇO UNIT.
XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX

2.1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

3.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

3.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Estado da Saúde Pública.

3.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais como: justificativa técnica fundamentada demonstrando o fato extraordinário e seu impacto, listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição atuais e da época da proposta, índices oficiais ou setoriais que evidenciem variação anormal, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

3.4. A ausência da documentação mínima exigida no item anterior impedirá a abertura do processo de realinhamento, ensejando o arquivamento liminar do pedido.

3.5. A assinatura da presente Ata de Registro de Preços implica compromisso do fornecedor com a manutenção dos preços registrados pelo prazo de vigência, assumindo os riscos ordinários do mercado, incluindo eventuais flutuações sazonais previsíveis no custo dos insumos.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - TROCA DE MARCA**

4.1. É admitida, em caráter excepcional e justificado, a substituição da marca do produto registrado na Ata de Registro de Preços, desde que mantidas integralmente as especificações técnicas, qualidade, desempenho e demais condições originalmente pactuadas.

4.2. A troca de marca não será autorizada por motivos de conveniência comercial, variação cambial, aumento de preços, sazonalidade ou qualquer outra oscilação previsível do mercado, conforme já disposto na cláusula de realinhamento de preços. A responsabilidade por tais riscos permanece integralmente com a fornecedora, em consonância com o compromisso assumido ao firmar a ata.

4.3. A solicitação de troca de marca deverá ser formalizada pela fornecedora mediante requerimento dirigido ao gerenciador, instruído obrigatoriamente com:

I - Justificativa técnica circunstanciada demonstrando o motivo da solicitação, com destaque para a inviabilidade de fornecimento da marca originalmente registrada, seja por descontinuidade de fabricação, impossibilidade de aquisição no mercado ou força maior;

II - Laudo técnico, catálogo ou ficha técnica da nova marca proposta, comprovando sua equivalência ou superioridade em relação ao produto originalmente registrado, quanto a especificações, qualidade e desempenho;

III - Declaração expressa de que o valor unitário do item não será majorado em razão da substituição proposta;

IV - Documentos que demonstrem que a substituição não causará prejuízo à Administração e que será mantida a vantajosidade da contratação, em atenção ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

4.4. A análise da solicitação caberá à equipe técnica responsável e seguirá fluxo interno pré-definido.

4.5. Somente após a aprovação formal da solicitação pela autoridade competente, a fornecedora estará autorizada a efetuar a substituição da marca. O fornecimento de produto divergente da marca registrada sem autorização expressa da Administração ensejará a aplicação de penalidades, conforme previsto na legislação vigente.

4.6. O deferimento da troca de marca não altera as condições da Ata, permanecendo integralmente válidas as cláusulas relativas a prazos, obrigações, penalidades e demais disposições contratuais.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período com renovação dos quantitativos, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. De acordo com o art. 178, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 32.449/2023, o prazo de vigência será contado a partir da publicação do extrato da Ata no PNCP e Portal de Compras do Estado do Rio Grande do Norte.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido, sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO E SUSPENSÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na Ata, mediante demonstração suficiente;

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas;

V - em razão de substancial alteração das condições de mercado.

7.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, por meio de processo de cancelamento, será formalizado por despacho da Secretaria de Estado de Saúde Pública.

7.3. A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada ao órgão gerenciador a aplicação das penalidades previstas na esta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

7.4. A cláusula anterior não se confunde com a possibilidade de que o contratado tenha direito à extinção do contrato em casos de atraso ou repetidas suspensões, previstas no art. 137, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

7.5. A fornecedora não poderá recusar, suspender ou condicionar o fornecimento dos itens registrados nesta Ata sob a justificativa de inadimplência ou pendência de pagamento relacionada a outras Atas de Registro de Preços, contratos ou empenhos firmados com o mesmo órgão ou com quaisquer outros entes da Administração Pública. Caso

a fornecedora entenda haver pendência financeira em outro instrumento contratual, poderá adotar os meios legais e administrativos cabíveis para sua resolução, sem prejuízo da integral execução das obrigações assumidas nesta ata.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DA NOTA DE EMPENHO E DO POSSÍVEL CONTRATO**

8.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através do envio da Nota de Empenho pela FORNECEDORA. Como também poderá ser formalizado contrato, conforme minuta acostada ao instrumento convocatório.

8.2. A FORNECEDORA será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

## **9. CLÁUSULA NONA - DA ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, ainda que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

9.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem manifestar seu interesse junto à Secretaria de Estado de Saúde Pública.

9.3. O pedido de adesão deve ser formalizado por meio do PNCP e o contato com o setor responsável pelo gerenciamento deve ser feito via e-mail (epa.sesaprn@gmail.com).

9.4. Caberá à FORNECEDORA beneficiada da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

9.5. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da adesão à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços.

9.6. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

9.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

9.8. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

9.8.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I do Edital.

10.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

10.3. A fornecedora obriga-se a manter atualizados todos os seus dados de contato, incluindo endereço eletrônico, telefone, nome e e-mail de responsáveis comerciais e técnicos, durante toda a vigência da Ata.

10.4. Via de regra, a fornecedora declara, de forma expressa e irrevogável, que manterá os preços registrados inalterados durante toda a vigência da Ata, conforme pactuado no processo licitatório, assumindo integralmente os riscos ordinários de mercado, salvo nas hipóteses excepcionais previstas. Ficam ressalvadas as situações previstas na cláusula terceira.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

11.1. As partes elegem o foro da Comarca de Natal (RN), como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

Por estarem de acordo, assinam a presente Ata:

ALEXANDRE MOTTA CÂMARA

Secretário de Estado de Saúde Pública



Pregoeiro (a)

FORNECEDOR

FORNECEDOR	XXXXXX
CNPJ	XXXXXX
ENDEREÇO	XXXXXX
TELEFONE	XXXXXX
DADOS BANCÁRIOS	XXXXXX
E-MAIL	XXXXXX

CONTATOS ÚTEIS

E-mail da Equipe de Procedimentos Auxiliares: epa.sesaprn@gmail.com

E-mail do Gabinete da SESAP: gs.sesap@gmail.com

E-mail do FES/RN: fesrnsesap@gmail.com



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA MIRANDA BEZERRIL, Assistente Técnico Administrativo**, em 12/12/2025, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA APARECIDA MOREIRA, Assistente Técnica em Saúde**, em 12/12/2025, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38216162** e o código CRC **2655E64A**.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 00610033.003554/2025-79

1. **OBJETIVO**

1.1. Realizar estudo técnico preliminar para avaliar a necessidade, viabilidade e especificações técnicas para abertura de processo licitatório para aquisição de equipamentos médicos, através de Registro de Preços, para o SAMU 192 RN equipar as Unidades de Suporte Avançado (USA), no contexto da expansão promovido pelo PAC do Governo Federal.

2. **JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

O SAMU 192 RN, com Bases Descentralizadas nas 08 (oito) regiões de saúde, atuando através de suas 19 (dezenove) Bases Descentralizadas distantes existentes, deve ser entendido como uma atribuição da área da saúde. O Sistema de Atenção às Urgências, através da linha 192, acolhe as necessidades imediatas da população, de urgências clínicas ou traumáticas, através de respostas rápidas, prestando-lhe a melhor assistência pré-hospitalar possível e redirecionando-as para as unidades assistenciais adequadas à continuidade do tratamento, reduzindo dessa forma a mortalidade e as sequelas.

A presente contratação visa à aquisição de equipamentos médico-hospitalares essenciais — cardioversores, desfibriladores externos automáticos (DEAs) e ventiladores pulmonares — com o objetivo de **expandir e ampliar a capacidade operacional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no estado do Rio Grande do Norte**, conforme diretrizes estabelecidas pelo Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

A ampliação do SAMU 192 RN é uma medida estratégica para **fortalecer a rede de atenção às urgências e emergências**, garantindo maior cobertura populacional, redução no tempo-resposta às ocorrências e melhoria na qualidade do atendimento pré-hospitalar. Os equipamentos solicitados são indispensáveis para o funcionamento adequado das novas unidades móveis e bases descentralizadas, permitindo intervenções imediatas em casos de parada cardiorrespiratória, arritmias graves e insuficiência respiratória.

Além disso, a aquisição está alinhada com os princípios da universalidade e integralidade do SUS, promovendo equidade no acesso aos serviços de urgência, especialmente em regiões com baixa cobertura atual. A escolha dos equipamentos foi baseada em critérios técnicos, epidemiológicos e operacionais, considerando o perfil das ocorrências atendidas pelo SAMU e as recomendações do Ministério da Saúde.

A contratação se mostra **imprescindível para garantir a efetividade da expansão do SAMU 192 RN**, contribuindo diretamente para a preservação da vida e a redução da mortalidade por causas evitáveis.

Além do mais, o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Saúde prevê a aquisição de ambulâncias e a construção de novas Centrais de Regulação das Urgências, com o objetivo de universalizar o acesso ao SAMU 192 em todo o país. No Rio Grande do Norte, o Novo PAC está a contribuir para a expansão e ampliação do SAMU 192 RN, com entregas de novas ambulâncias e a renovação de veículos mais antigos, beneficiando diversas cidades das regiões de saúde, incluindo a abertura de novas Bases Descentralizadas até 2026, conforme id.00610038.000758/2025-16.

Com isso, considerando a expansão do SAMU 192 RN, com abertura de novas Bases Descentralizadas, incluindo a ampliação das já existentes com Unidades de Suportes Avançados (USAs) contemplados no PAC, quais sejam, os municípios de **Santa Cruz (ampliação), Caicó (expansão e ampliação), Caraúbas (Expansão), Guamaré (expansão) e Areia Branca (ampliação) e Carnaubais (expansão)**, bem como outros Pontos de Atendimento que possam surgir conforme o aumento da cobertura e pactuações para os demais municípios das regiões do estado.

3. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1. **Requisitos Técnicos Mínimos:**

3.2. **Cardioversor Bifásico**

- 3.2.1. Funções de desfibrilação externa sincronizada e não sincronizada;
- 3.2.2. Modo manual e automático;
- 3.2.3. Marca-passo transcutâneo integrado;
- 3.2.4. Display LCD colorido;
- 3.2.5. Alimentação bivolt e bateria recarregável;
- 3.2.6. Certificação INMETRO e ANVISA.

3.3. **Ventilador Pulmonar Adulto, Infantil e Neonatal**

- 3.3.1. Portátil e microprocessado;
- 3.3.2. Modos de ventilação invasiva e não invasiva;
- 3.3.3. Tela touch screen de alta resolução;
- 3.3.4. Alarmes visuais e sonoros;
- 3.3.5. Bateria com autonomia mínima de 2 horas;
- 3.3.6. Certificação ANVISA/INMETRO;
- 3.3.7. Capacidade de operar em ambientes móveis.

3.4. **Desfibrilador Externo Automático (DEA)**

- 3.4.1. Choque bifásico com energia ajustável;
- 3.4.2. Interface simplificada e comandos por voz;
- 3.4.3. Indicação visual e sonora de operação;
- 3.4.4. Bateria de longa duração e pás adesivas descartáveis;
- 3.4.5. Registro ANVISA;
- 3.4.6. Equipamento portátil e resistente a vibração.

3.5. **Requisitos Gerais:**

- 3.5.1. Equipamentos novos e de primeiro uso;
- 3.5.2. Garantia mínima de 12 meses;
- 3.5.3. Treinamento operacional;
- 3.5.4. Manual técnico em português;
- 3.5.5. Fornecimento de todos os acessórios necessários ao uso imediato;
- 3.5.6. Certificados de conformidade elétrica e segurança.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E MEMÓRIAS DE CÁLCULO

A estimativa de quantitativos considera o histórico de aquisições, a destinação operacional dos equipamentos e a expansão da rede do SAMU 192 RN, com implantação e ampliação de bases descentralizadas e de novas unidades móveis de atendimento (USB e USA), garantindo a continuidade e a qualificação do atendimento pré-hospitalar móvel.

ITEM	EQUIPAMENTO	DESTINAÇÃO OPERACIONAL	QUANTITATIVO ESTIMADO	BASES/UNIDADES CONTEMPLADAS (EXPANSÃO SAMU 192 RN)	PROCESSO(S) ADMINISTRATIVO(S) DE REFERÊNCIA	JUSTIFICATIVA TÉCNICA DO QUANTITATIVO
01	DEA - Desfibrilador Externo Automático	Ambulâncias de Suporte Básico de Vida (USB)	20 unidades	Ampliação de USB, incluindo a base de Grossos e demais unidades básicas da rede	00610033.002576/2024-31	Equipamento essencial às USB, destinado à desfibrilação precoce em atendimento pré-hospitalar, considerando expansão da cobertura assistencial e reposição tecnológica
02	Cardioversor	Ambulâncias de Suporte Avançado de Vida (USA)	10 unidades	Implantação/expansão de USA nas bases de Areia Branca (01 USA), Apodi (01 USA), Caraúbas (01 USA) e reforço das unidades já existentes	00610033.002529/2024-97	Equipamento indispensável ao suporte avançado, utilizado em intervenções cardiológicas de urgência e estabilização de pacientes críticos
03	Ventilador Pulmonar	Ambulâncias de Suporte Avançado de Vida (USA)	10 unidades	Composição das USA implantadas e reposição operacional nas unidades avançadas existentes	00610033.001962/2025-96	Suporte ventilatório invasivo e não invasivo em atendimentos críticos, indispensável às USA e à ampliação da capacidade assistencial

4.1. Fundamentação da estimativa:

4.1.1. A definição dos quantitativos está vinculada:

- 4.1.1.1. à destinação assistencial dos equipamentos por tipo de unidade móvel (USB e USA), para as 19 Bases Descentralizadas já existentes;
- 4.1.1.2. à expansão da rede do SAMU 192 RN, com implantação de novas bases descentralizadas;
- 4.1.1.3. à inclusão de Unidades de Suporte Avançado (USAs), nas bases de **Areia Branca e Apodi**, id.39283807;
- 4.1.1.4. ao fortalecimento do atendimento básico com Unidades de Suporte Básico (USB), incluindo a abertura das novas bases, como a de **Grossos, Caraúbas e São Miguel**, todas equipada com **DEAs**, id.39283807;
- 4.1.1.5. à necessidade de manutenção da capacidade operacional, substituição de equipamentos e ampliação da cobertura regional;
- 4.1.1.6. e, adicionalmente, à reposição de itens em razão da obsolescência tecnológica, conforme documento do setor de equipamentos anexo (id39286509), bem **como à ausência de contrato vigente de manutenção**.

4.2. Nesse contexto, a previsão de equipamentos de backup mostra-se medida administrativa necessária para assegurar a continuidade do serviço, suprimindo eventuais indisponibilidades e reduzindo o risco de paralisação do atendimento à população assistida pelo SAMU 192 RN, a qual compreende uma estatística de 84% de abrangência.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO

5.1. O levantamento de mercado será realizada com base na pesquisa oficial da SESAP NAPM, id.38005326, e contemplará:

- 5.1.1. Painel de Preços do Governo Federal (ComprasGov.br);
- 5.1.2. Catálogo CATMAT do Ministério da Economia;
- 5.1.3. Atas de Registro de Preços vigentes (federais e estaduais);
- 5.1.4. Pesquisas junto a fornecedores especializados.

5.2. Alternativas Avaliadas:

- 5.2.1. Licitação exclusiva (aquisição imediata): viável, mas demanda tempo e reduz flexibilidade.
- 5.2.2. Adesão a ARP existente: possível, porém depende da compatibilidade técnica e vigência da ata.

5.2.3. Instituição de Registro de Preços próprio: alternativa escolhida, pois garante planejamento, padronização e possibilidade de adesão por outros órgãos da Rede de Urgência.

### 5.3. Justificativa Técnica e Econômica:

5.3.1. O Registro de Preços proporciona **ganho de escala, economia administrativa e maior competitividade**, além de permitir aquisições futuras sem nova licitação, otimizando tempo e recursos públicos.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução envolve a **aquisição gradual dos equipamentos via Registro de Preços**, contemplando:

- 6.2. Fornecimento, instalação e testes operacionais;
- 6.3. Treinamento de profissionais para uso adequado;
- 6.4. Assistência técnica e manutenção preventiva/corretiva durante a garantia;
- 6.5. Fornecimento de peças originais;
- 6.6. Certificações de conformidade;
- 6.7. Suporte técnico pós-entrega.

6.8. O modelo de Registro de Preços garante flexibilidade e eficiência na gestão das futuras contratações, adequando-se às necessidades operacionais do SAMU 192 RN.

## 7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

7.1. A **contratação será parcelada por item**, dado que se trata de **equipamentos distintos e independentes** quanto à função e aplicação.

7.2. O parcelamento por item visa **ampliar a competitividade**, permitindo a participação de fornecedores especializados em cada tipo de equipamento, conforme art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

7.3. Não se recomenda fracionamento dentro de cada item, pois comprometeria a uniformidade técnica.

## 8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

8.1. Com a implantação do Registro de Preços, espera-se:

- 8.1.1. **Economia de escala** e redução de custos unitários;
- 8.1.2. **Maior agilidade** nas futuras aquisições e reposições;
- 8.1.3. **Padronização técnica** dos equipamentos do SAMU 192 RN;
- 8.1.4. **Aprimoramento da capacidade operacional** e da segurança do atendimento;
- 8.1.5. **Racionalização dos processos de compra**, evitando múltiplas licitações.

8.2. Os resultados pretendidos traduzem-se em **eficiência, continuidade do serviço e uso racional dos recursos públicos**.

## 9. PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS PRÉVIAS

9.1. Antes da celebração de futuras contratações, a Administração deverá:

- 9.1.1. Designar formalmente fiscais e gestores do contrato;
- 9.1.2. Capacitar servidores para fiscalização técnica e operacional;
- 9.1.3. Planejar logística de recebimento, instalação e controle patrimonial;
- 9.1.4. Garantir a verificação da regularidade fiscal e técnica dos fornecedores.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não há contratação correlata a esta aquisição..

## 11. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

11.1. Os equipamentos deverão atender a **critérios de eficiência energética e segurança ambiental**, com destaque para:

- 11.1.1. Baixo consumo elétrico e redução de emissão de ruído;
- 11.1.2. Logística reversa para baterias e componentes eletrônicos;
- 11.1.3. Destinação adequada de embalagens e resíduos conforme a Lei nº 12.305/2010 (PNRS).

11.2. O fornecedor deverá comprovar o cumprimento das normas ambientais aplicáveis.

## 12. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

12.1. Conclui-se que a **instituição de Registro de Preços para aquisição de cardioversores, ventiladores pulmonares e DEAs é tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e estrategicamente necessária** para a expansão e consolidação do SAMU 192 RN.

12.2. A medida garante **planejamento, economicidade e flexibilidade**, assegurando o atendimento eficiente e seguro das urgências médicas em todo o estado, em conformidade com as diretrizes do **Novo PAC do Governo Federal** e os princípios da **Lei nº 14.133/2021**.



Documento assinado eletronicamente por **WILMA MARIA FERNANDES DANTAS, Coordenadora Geral**, em 10/02/2026, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE CLAUDIO MIRANDA DE MACEDO, Diretor de Unidade de Apoio de Saúde**, em 11/02/2026, às 07:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA LETICIA LOPES DUARTE, Coordenadora de Regulação em Saúde e Avaliação**, em 11/02/2026, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39200234** e o código CRC **644E8364**.